DIÁLOGOS FEMINISTAS E ANTIMANICOMIAIS NO CUIDADO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Karine Trabuco Gardin (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Daniele de Andrade Ferrazza. E-mail: daferrazza@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Psicologia/ Psicologia social

Palavras-chave: Violência doméstica. Centros de Atenção Psicossocial. Mulheres.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar as estratégias de cuidado direcionadas às usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com histórico de violência doméstica, sistematizando as intervenções da equipe de saúde mental e os processos de cuidado direcionado às mulheres. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, desenvolvida em três etapas integradas. A primeira consistiu na revisão da literatura feminista contemporânea, com foco em debates sobre violência de gênero e saúde mental, considerando as interseccionalidades de raça/etnia, classe social e diversidade sexual. Na segunda etapa, foram analisadas as impressões registradas no diário de campo da pesquisadora, produzidas a partir dos encontros no grupo de vivências com mulheres em um CAPS III de um município do Paraná, a fim de examinar os diálogos sobre a violência contra a mulher e a resolutividade dos acolhimentos nesses casos. Por fim, a terceira etapa compreendeu a análise das entrevistas realizadas com três usuárias do serviço para compreender, a partir de suas narrativas, como os profissionais da equipe de saúde atuam diante de situações de violência de gênero, acolhem as usuárias e as encaminham para a Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, se assim for necessário. Esta pesquisa proporcionou visibilidade às vivências e trajetórias de vida de mulheres em situação de violência atendidas em serviços de saúde mental. Ainda que com limitações, a pesquisa pretende inspirar estudos que possam aprofundar o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais voltadas à garantia dos direitos das mulheres, sobretudo na interface entre os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Por fim, ao adotar uma perspectiva crítica feminista, o trabalho conclui que a transformação das práticas institucionais de cuidado pode culminar em ações direcionadas ao enfrentamento da violência de gênero.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, compreendida nos termos da Convenção de Belém do Pará (Brasil, 1996), abrange qualquer conduta baseada no gênero que cause danos ou sofrimento físico, sexual, psicológico, patrimonial ou moral, tanto no espaço público quanto no privado. O ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), tipifica e fundamenta essas cinco expressões da violência doméstica, ressaltando que tais abusos cotidianos configuram um ciclo contínuo cujo desfecho extremo pode culminar no feminicídio (Brasil, 2006).

Embora o Brasil disponha de uma Rede de Enfrentamento estruturada, composta por equipamentos especializados como DEAM, CRAM e Casas-Abrigo, os serviços de saúde, especialmente os que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), atuam como portas de entrada fundamentais para o acolhimento e a identificação dessas violações (Brasil, 2004; Silva, 2009). Contudo, evidencia-se nesses espaços uma marcante lacuna de protocolos institucionais, estigmatização das usuárias e a invisibilização das violências não físicas (Barbosa; Dimenstein; Leite, 2014). Esse cenário reduz o fenômeno a uma dimensão puramente individualizante e culpabilizadora, que tangencia a violência institucional nos próprios serviços de saúde mental.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo, delimitada ao contexto de atuação e acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica atendidas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O estudo muda seu aporte teórico a partir da interface entre a Psicologia Crítica/Feminista e as Diretrizes de Saúde Pública do Sistema Único de Saúde (SUS), articulando as noções de determinação social da saúde, direitos humanos e transversalidade de gênero para propor estratégias de cuidado psicossocial e fortalecimento do trabalho em rede.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória realizada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III) no interior do Paraná, com o objetivo de analisar a percepção de usuárias sobre o cuidado recebido em relação às suas vivências de violência de gênero. Para empreender essa apreciação pautada no rigor metodológico, o estudo foi estruturado em três etapas interconectadas.

A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico nas bases Google Acadêmico e SciELO, englobando produções científicas e obras da literatura feminista. Essa revisão investigou a violência de gênero a partir de suas intersecções de raça, classe e geração, bem como as políticas públicas de saúde e o risco da psiquiatrização e controle do corpo feminino.

A segunda etapa caracterizou-se pela imersão no campo durante o mês de junho de 2026, com o acompanhamento de oficinas e grupos do serviço. As vivências foram registradas em um diário de pesquisa que, pautado na não neutralidade e na escrita como intervenção, permitiu desestabilizar e cartografar os afetos do encontro.

Por fim, a terceira etapa envolveu a realização e transcrição de entrevistas semiestruturadas com três usuárias do serviço. A partir desse material, foram

construídas categorias de análise articuladas ao referencial teórico feminista e à revisão bibliográfica, visando apontar caminhos para o fortalecimento do cuidado em saúde mental sob a lógica antimanicomial.

O estudo seguiu rigorosamente os preceitos éticos da Resolução CNS nº 510/2016, com aprovação prévia do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá (CAAE: 68739223.6.0000.0104; Parecer nº 7.341.040), garantindo o sigilo, a confidencialidade e o consentimento livre e esclarecido de todas as participantes.

CONCLUSÕES

A pesquisa com usuárias de um CAPS III no interior do Paraná evidenciou trajetórias marcadas por estereótipos de gênero e destacou o serviço como um espaço protegido de acolhimento, escuta e trocas afetuosas. Ao transpor a visão biologicista do sofrimento psíquico, as oficinas terapêuticas e a convivência interpessoal favoreceram o autoconhecimento, a recuperação da autonomia e a construção de estratégias de enfrentamento do ciclo de violências.

Por outro lado, o estudo identificou que a conduta profissional diante das agressões se restringiu aos atendimentos individuais e em grupo nas áreas de Psicologia e Terapia Ocupacional, revelando uma lacuna na realização de encaminhamentos para a rede de proteção especializada. Para superar a invisibilização ou a mera medicalização dos sintomas decorrentes da violência de gênero, é urgente superar estigmas no cotidiano do serviço e capacitar as equipes para um manejo qualificado.

Nessa perspectiva, é imprescindível que os equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) atuem de forma genuinamente intersetorial com a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, articulando saúde, assistência social e justiça. Embora o estudo apresente limitações inerentes ao seu recorte em um único município, suas contribuições auxiliam no mapeamento de avanços e desafios para consolidar práticas institucionais antimanicomiais, transformadoras e comprometidas com os direitos humanos e a emancipação feminina.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha sincera gratidão à minha orientadora pela parceria, paciência e condução atenciosa ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho. Seu incentivo constante e suas valiosas contribuições foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Agradeço também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento e apoio financeiro concedidos, indispensáveis para a viabilização e realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laís. B.; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. F. **Mulheres, violência e atenção em saúde mental: questões para (re)pensar o acolhimento no cotidiano dos serviços.** Avances en Psicología Latinoamericana, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 309-320, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242014000200009&lng=en&nrm=iso

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 4 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, ano 143, n. 152, p. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 4 abr. 2025.